



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO ONZE

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação da acta da sessão anterior;**
- 2. Período de antes da ordem do Dia:**
- 3. Período da Ordem do Dia:**
 - 3.1 Autorização para a contratação de empréstimo no valor de 345.000,00 €, conforme comunicação da DGAL.**
 - 3.2 Evolução do Plano de Pormenor da Via de Cintura ao Centro Histórico de Manteigas - Apresentação pela Equipa de Projecto.**
 - 3.3 Evolução do Plano de Urbanização - Apresentação pela Equipa de Projecto.**
- 4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos os presentes e aos munícipes presentes nesta Assembleia.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados:

Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro, João Lucas Leitão, Germano Jesus Mamede Cleto, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Germano da Graça Morais, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, José Gabriel Cleto Lopes da Rosa, António Ricardo Craveiro Carvalho, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foram considerados de acordo com a Lei os pedidos de substituição previamente solicitados pelos Senhores Deputados, José Fernando Carona Leitão, António Lívio Martins Roque e João Clara de Assunção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José Martins Cleto, apresentou justificação da falta, por motivos de saúde.

Iniciaram-se os trabalhos começando pela correcção/ aprovação da acta da sessão ordinária de 24 de Abril de 2003.

Após terem sido feitas as correcções à acta procedeu-se à sua votação.

Votação da acta N.º 10 da sessão ordinária de 24 de Abril de 2003:

Votos contra: 0, votos a favor: 16, abstenções: 1.

A Acta foi aprovada por maioria.

Período de Antes da Ordem do Dia

Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dar conhecimento que da Assembleia Municipal de Seia receberam uma moção da Lei da reforma do sistema político, que o Senhor Secretário passou a ler. Informou ainda que recebeu do Partido Comunista Português do Senhor Deputado Lino de Carvalho cópia da sua intervenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

no plenário da Assembleia da República; o Senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à disposição dos Senhores Deputados para o poderem ler e consultar. Avisou ainda que sobre o ordenamento do território e a revisão dos PDM'S vai haver uma conferência Nacional na Figueira da Foz, nos dias 8 e 9 de Julho de 2003. Comunicou ainda que em Maio mandou uma disquete à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, e ao Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, com a reforma da tributação do património, para depois se poderem pronunciar, e pergunta se eles já têm algum trabalho feito sobre isso que lhe possam fazer chegar.

Os Senhores Deputados responderam que ainda não têm nada para entregar.

Período da Ordem do Dia.

Autorização para a contratação de empréstimo no valor de 345.000,00 €, conforme comunicação da DGAL.

Usou da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, dizendo que recebeu as minutas das deliberações da Câmara em relação a este ponto, uma de 23 de Abril e outra de Maio e na de 23 de Abril há uma nomeação de consulta de um número enorme de instituições financeiras e depois na de 28 de Maio só aparecem duas instituições para serem escolhidas e a pergunta do Senhor Deputado é se só responderam 2 instituições e nenhuma das outras estava interessada?

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para responder ao Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, dizendo que realmente só tinham respondido 2 instituições.

Usa da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, para dizer que apesar de não ter experiências com instituições de crédito, sabe que há instituições de crédito que jogam no crédito com alguma lógica, só com grandes valores.

O Senhor Vice-Presidente lembra aos Senhores Deputados que no ano anterior em Abril fizeram uma proposta de 600 mil contos e não de 70 mil contos e as respostas foram as mesmas e que quanto mais elevado é o montante maior é a dificuldade de as instituições responderem.

Usa da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, e na sequência da pergunta do Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, a Senhora Deputada, informa que na acta da Câmara diz que uma destas instituições não cumpria um dos requisitos do concurso logo deveria ter sido eliminada, acrescenta ainda que possivelmente foi para terem duas instituições de crédito e assim servir de base para opção. Acrescenta ainda que em relação a este empréstimo e segundo a lei para o orçamento para 2002, não põe em causa que o empréstimo se enquadre dentro dos limites que impõe o artigo referente à lei, mas gostava que lhe confirmassem se é legal e após os dados que foram enviados pela Câmara Municipal sobre os mapas dos empréstimos e os encargos com os mesmos, que fixem este valor de acordo com a fórmula do artigo 19 desta Lei do estatuto, verifica ainda que segundo a fórmula, cuja legitimidade não questiona, que foi atribuído à Câmara Municipal de Manteigas este valor de empréstimo de 345.100,00 €, a Senhora Deputada pede que a esclareçam se esta verba pode ser utilizada toda de uma vez, ou seja a Câmara pode endividar-se em 2003 até este valor e depois pode utilizar o montante deste crédito de uma só vez, ou pode utilizá-lo durante várias vezes ao longo do ano.

O Senhor Presidente da Câmara explica à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que a Câmara tem direito a um crédito deste montante reportado a 2003 e não diz que é para consumir no ano de 2003; a Câmara Municipal deliberou que utilizava este montante por tranches de acordo com as acções em que o fosse aplicando, mas não vai utilizá-lo todo durante o ano de 2003.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, coloca outra questão, pois na minuta da Câmara diz que este empréstimo se destina a financiar obras do Plano de Actividades, nomeadamente: o Bairro Social, o Arquivo, a Ludoteca, a Remodelação do Jardim, etc. A Senhora Deputada pergunta ao Senhor Presidente da Câmara como é que ele vai financiar estas obras todas com 345.000,00 €.

O Senhor Presidente da Câmara, esclarece a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão que essa verba será uma parte do financiamento pois para o Bairro do Outeiro têm um contrato com o INH em que há um financiamento de 50%, relativamente ao arquivo Municipal têm dois tipos de contrato: um por candidatura, feito através da CCRC e outro com o Instituto Português de Museus, que financiou 20% da verba da obra. Relativamente à Biblioteca/Ludoteca, admite que possa haver alguma candidatura ao Ministério da Cultura, mas que essa ainda não estava garantida. O Jardim da Entrada da Vila poderá vir a ser candidatado ao Eixo I do POC.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, refere que mesmo assim esta parte é muito pequena, mas de qualquer modo incentiva esta habilidade para que se consiga que o dinheiro chegue para tudo.

O Senhor Presidente da Câmara, diz à Senhora Deputada que é evidente que é muito pouco, mas que têm de ver isto na perspectiva em que foi apresentada à Assembleia logo no principio, o Orçamento de Estado do ano passado e deste ano, em que houve cortes na capacidade de endividamento das autarquias, e como houve cortes ao endividamento fixaram um plafond global para o País que depois foi rateado em função dos pagamentos feitos na ano anterior. A Câmara de Manteigas teve direito a este montante, enquanto outras não tiveram direito a qualquer tipo de crédito. O Senhor Presidente da Câmara acrescenta ainda que de facto a verba ajuda a Câmara a pagar a componente nacional das candidaturas financiadas pela Europa em montantes equivalentes a 50% até 75%, o que significa sempre que sobra para a Câmara, uma obrigação de 25% a 50% dos investimentos.

Usa da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, para dizer que quando se contrai um empréstimo as verbas são aplicadas à medida da evolução da obra, no caso concreto a pergunta que entende que terá sido feita será: os 345.000,00 € são todos para utilizar este ano? Pergunta ainda que estando em causa três obras, destas 3 obras é evidente que há um cronograma que não têm e que deveriam ter para analisar a utilização deste empréstimo durante este ano e qual é a percentagem que está previsto utilizar-se em obras durante este ano, considerando o empréstimo que está a ser contraído ou então este empréstimo será para utilizar em que tempo?

Usa da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para esclarecer que a Câmara não tem capacidade por si só de suportar as diversas acções, e para este ano é pensável que se utilize toda esta importância de 345.000,00 €, mas poderá não ser toda gasta este ano. O processo é contratualizar este empréstimo com este montante, e vão utilizá-lo na medida das necessidades do plano, e só são obrigados a uma coisa, têm de ser acções previstas no plano.

Usa da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para perguntar se anualmente é dada às autarquias uma verba de endividamento máxima?

O Senhor Presidente da Câmara responde que antigamente a própria Lei das Autarquias locais fixava quais eram os parâmetros relativamente aos endividamentos. A política das Finanças sancionada pelo Parlamento, entendeu que não deveria ser assim. O nível de endividamento possível, junto de entidades terceiras é fixado pelo Ministério da tutela.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, pergunta, que já que estes montantes são atribuídos anualmente, se estes dependem do facto de se ter gasto ou feito a utilização de todo o endividamento do ano transacto ou não. Ou seja se até ao fim do ano 2003, não se utilizar todo o empréstimo, no ano de 2004 é estabelecida nova verba desde o início, ou é em função do facto de não se ter gasto o endividamento anterior?

O Senhor Presidente da Câmara responde ao Senhor Deputado que é em função das amortizações que tiverem feito durante o ano anterior e os níveis de endividamento da Autarquia.

Usa da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para dizer que os critérios de endividamento são fixados pelo Governo e não se pode estar a dizer que para o ano é assim, porque este plafond é fixado pela Lei do orçamento, e até ao momento a Câmara Municipal de Manteigas tem este valor, porque pode ainda devido às amortizações efectuadas o ano passado caírem mais uns pozinhos para aqui, logo isto não são as Autarquias nem a Direcção Geral das Autarquias Locais que determinam. O Orçamento de Estado e a Direcção Geral das Autarquias é que faz o cálculo, com base nas contas que a Câmara Municipal lhe manda, com os mapas dos empréstimos dos encargos, etc.

Usa da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para perguntar porque é que se podia pedir um endividamento de 345.100,00 €, só pediram de 345.000,00 €, se foi para arredondar o valor.

Usa da palavra o Senhor Deputado João Lucas Leitão, para responder ao Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos que foi para não se atingir o plafond.

Depois de tudo esclarecido o Senhor Presidente da Assembleia coloca à votação o ponto Autorização para a contratação de empréstimo no valor de 345.000,00 €, conforme comunicação da DGAL.

Votos contra: 0, votos a favor: 17, abstenções: 0.

O ponto foi aprovado por unanimidade pelos presentes.

O Senhor Presidente da Assembleia coloca à votação em minuta para produzir efeitos imediatos, tendo o ponto sido aprovado em minuta por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia propõe à Assembleia a alteração do ponto 4, ou seja que este ponto seja discutido já a seguir ao ponto 3.1.

Esta alteração foi aprovada por unanimidade.

Procedeu-se a um intervalo de cinco minutos.

Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Depois de retomados os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia pede aos Senhores Deputados que se inscrevam para o ponto 4.

Usa da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que quando houver declarações de voto, que às vezes são extensas e já vêm preparadas, que os grupos parlamentares passem o trabalho para uma disquete que é para mais facilmente ser transcrito para a acta, tendo o Senhor Presidente da Assembleia distribuído uma disquete a cada um dos grupos parlamentares.

Usa da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, para dizer que na Praça encontra-se há já algum tempo um estaleiro, e pergunta se aquele estaleiro é necessário para qualquer obra a curto prazo, porque já lá está há muito tempo e além de ser inestético está a roubar espaço para estacionamento.

O Senhor Deputado António Ricardo Craveiro Carvalho, responde ao Senhor Deputado que o estaleiro está a ser usado para obras pela Junta de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Usa da palavra o Senhor Deputado João Lucas Leitão, para pedir que o Executivo respondesse quando algum membro da Assembleia o questione, porque a resposta a uma pergunta da Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, aparece na anterior acta passado 2 ou 3 folhas, uma vez que só ao fim de falarem todos os inscritos é que o Senhor Presidente dá uma resposta, assim o Senhor Deputado propõe que os assuntos sejam logo respondidos na hora. O Senhor Deputado diz ainda que na EN 232 junto à casa do Município Luís Vinagre, tem sido um milagre ainda não se lá ter dado nada e deve-se chamar a atenção para quem de direito possa resolver situação, porque as pessoas vêm com muita velocidade e não contam ali com aquele obstáculo.

Usa da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para afirmar peremptoriamente que o semáforo colocado em Sameiro na curva quando se vem para Manteigas, com o pôr-do-sol, baixa-se a pala do carro e não se vê o semáforo superior, além disso está numa curva e é perigosíssimo, porque nesse dia e por milagre não bateu noutro carro que estava parado na curva, a Senhora Deputada pede ao Executivo Municipal que reveja a colocação daqueles sinais. A Senhora Deputada relembra que na última reunião da Assembleia Municipal fez-se uma evocação ao 25 de Abril, que todos os deputados daquela Assembleia subscreveram, a Senhora Deputada passou a ler um trecho dessa evocação.

Acrescentou que só por mero lapso um município de Sameiro recebeu uma carta subscrita pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que a Senhora Deputada passou a ler; depois da leitura a Senhora Deputada coloca 2 questões: se a pessoa em causa se inscreveu individualmente numa feira de artesanato, foi porque foi convidado por essa feira a participar nela, acrescenta ainda que pensa que ninguém, nenhuma autoridade neste País tem legitimidade para impedir o direito fundamental de uma pessoa da liberdade de ir aonde quer; por outro lado também estranha que o Senhor Vice-Presidente diga que ele quebrou o regime de rotatividade de acordo com uma deliberação de reunião de Câmara em 28 de Abril e ele vem unilateralmente de modo próprio sem consultar o órgão, desvincular uma pessoa de qualquer eventual participação ou apoio que a Câmara tenha dado aos artesãos para se deslocarem a uma feira; acrescenta que o Senhor Vice-Presidente não o podia fazer e se calhar só por lapso é que o fez, só que há uma deliberação que diz que a Câmara apoia a rotatividade dos artesãos para participarem em determinado tipo de feiras, só uma deliberação camarária pode revogar ou desvincular qualquer apoio. A Senhora Deputada espera que se faça qualquer coisa no sentido de esclarecer o homem e que tudo não tenha passado de um lapso.

A Senhora Deputada continua a usar a palavra para levantar uma questão em relação ao Nicho de Santo Amaro, relativamente a uma deliberação aprovada pelo executivo camarário por maioria que é a acta n.º 8 de 2001 da reunião de 11 de Abril de 2001, e passa de seguida a ler uma parte da acta que foca as alterações ao nicho de Santo Amaro. A Senhora Deputada pergunta ao Executivo Municipal porque é que desde Abril de 2001, ainda não se deu concretização a esta deliberação que foi aprovada em reunião de Câmara de 11 de Abril de 2001. A Senhora Deputada acrescenta ainda que relativamente à execução das deliberações que foram aprovadas e que não foram concretizadas ainda existe outra que trata da colocação de grades nos muros do cemitério onde não existem e da duplicação em altura das já existentes; isto foi proposto no dia 14 de Outubro de 1998, a Senhora Deputada verifica que foram colocadas nalguns muros de suporte as grades que na altura tinha proposto, mais altas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que as existentes, mas as que lá estão constituem um perigo porque são muito baixas, tendo sido esta deliberação aprovada por unanimidade e passados todos estes anos a Senhora Deputada quer saber o porquê desta deliberação só estar semiconcretizada.

A Senhora Deputada foca de seguida as candidaturas PERID, que têm chegado à Câmara Municipal para pintura das fachadas, a Senhora Deputada diz que tem conhecimento que aquilo para que ela tinha alertado quando foi aprovado o regulamento do PERID, está efectivamente a acontecer em Manteigas, que era a questão que se punha quanto à eliminação da exigência do projecto para as devidas obras, o que se passa é que as pessoas chegam à conclusão que vão à Câmara e pedem 30, 50 contos para apresentarem os projectos e muitas dessas pessoas desistem de se candidatarem, porque eventualmente o subsídio que vão receber para pagarem o projecto fica muito aquém das suas possibilidades. A Senhora Deputada pergunta se já foi encontrada alguma solução e que expliquem o que se passa relativamente a esta matéria.

Usa da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, para perguntar se as águas estão ou não inquinadas e o que existe em relação a isso e o que foi feito durante este ano. O Senhor Deputado faz um apelo à leitura das cassetes da última acta e um esforço de memória ao Senhor Secretário para se lembrar do que o Senhor Deputado pediu que lhe fossem enviadas informações que se reportavam ao trânsito e às acessibilidades a Manteigas, na sequência de um abaixo-assinado que foi apresentado.

Usa da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para entregar um requerimento que passou a ler de seguida.

Usa da palavra o Senhor Vice-Presidente, para prestar esclarecimentos, começando por responder às perguntas da Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, esclarecendo que em 1999 a Câmara Municipal deliberou que a representatividade do Concelho na Feira de Vila do Conde fosse feito de um modo rotativo, isto no sentido de dar a possibilidade aos vários artesãos de passarem pela feira e não ser sempre o mesmo artesão a representar o Município. Esclarece que há 2 anos esteve presente o Senhor João Clara, o ano passado esteve presente o Senhor Joaquim Sabugueiro, este ano dentro do regime de rotatividade voltaram a inscrever o Senhor João Clara. Quando inscreveram o Senhor João Clara, a organização da feira informou a Câmara que já não podia aceitar qualquer inscrição do município, uma vez que o município já estava representado por um artesão. Tinham aceite uma inscrição individual e por esse facto já não era possível fazer uma inscrição em nome da Câmara Municipal. No seguimento disso não havia mais nada a fazer senão perguntar ao Senhor Joaquim Sabugueiro se quando o regime de rotatividade lhe era favorável estava de acordo e no ano em que ele não era contemplado pela rotatividade já não lhe interessa o regime e inscreve-se individualmente. Portanto nesse sentido só havia uma coisa a fazer: era a quebra da rotatividade, depois de se verificar que a organização aceita inscrições individuais desvinculando-se a Câmara de todo o processo e não se andar a fazer uma figura triste a indicar artesãos quando eles não estavam a cumprir as regras do jogo. Foi isso que se deliberou, por unanimidade.

Usa da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para dizer que não tinha sido essa a sua questão, acrescentando que a seu ver, ninguém pode impedir este artesão de ir a uma feira por sua livre iniciativa, porque o regime de rotatividade pressupunha pensa ela que era uma rotatividade com o apoio da autarquia, um ano a autarquia apoia um artesão e no ano seguinte apoia o outro, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

isso não pode cercear àquele que não é apoiado o direito de ir a uma feira apresentar os seus produtos, além disso é-lhe enviado um convite particular da feira para estar presente. Relativamente ao facto da organização da feira não poder aceitar nenhum artesão proposto pela autarquia, a Senhora Deputada acha lamentável, acha condenável essa atitude por parte da organização da feira, porque se a organização da feira mandou o convite de forma particular à pessoa em causa, é porque se mostrou interessada que o artesão lá estivesse, e se ele vai gastar o dinheiro que é dele para estar a apresentar os seus produtos na feira, a autarquia não tem nada a ver com isso, a autarquia tem que nesse ano se é que existe o tal apoio rotativo, tem de apoiar o outro artesão que nesse ano tinha direito a ir, a Senhora Deputada entende que nunca se deveria ter escrito a carta ao município, além de que se a deliberação existe a desvinculação só poderia ser feita dentro do próprio órgão. A Senhora Deputada acrescenta ainda que não há deliberação nenhuma porque tem consigo a acta e esta não fala em nenhuma deliberação, a Senhora Deputada passa de seguida a ler uma parte da acta em causa.

O Senhor Vice-Presidente explica à Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, que o que acabara de ler seria a deliberação.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, respondeu ao Senhor Vice-Presidente que não podia ser porque uma deliberação é votada.

Usa da palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que a Rua de Santa Maria e a electrificação, a limpeza das ruas, o entulho à frente da Senhora de Fátima, estas são matérias que conjuntamente com outras como o gradeamento à entrada e saída da ponte em Sameiro, faziam parte de um lote de exigências que as autarquias interessadas fizeram junto da Direcção de Estradas da Guarda e que estavam já em fase de orçamentação e em fase de concurso. Acontece que por razões que desconhece, o Senhor Director de Estradas da Guarda foi para Director de Estradas de Coimbra e as obras não avançaram. O Senhor Presidente da Câmara informou que teve uma primeira reunião há cerca de oito dias com o novo Director de Estradas da Guarda, a quem informou que este processo já estava há mais de 1 ano a ser tratado com o antigo Director de Estradas, tendo o novo Director ficado de lhe responder tão breve quanto possível. Neste momento o Senhor Presidente da Câmara está à espera que as coisas aconteçam. Neste conjunto de obras está também o cruzamento de S. Gabriel. Aí estava previsto, como tese, fazer um corte no muro por forma a que desse visibilidade para o cruzamento, à falta de outra solução melhor que todos em conjunto não encontraram. Relativamente às intervenções feitas acerca dos semáforos, o Senhor Presidente da Câmara concorda que efectivamente, possam haver algumas deficiências ou insuficiências nesta matéria, o Senhor Presidente diz ainda que os semáforos em Sameiro são indispensáveis em especial os que estão nos cruzamentos para a estrada Nacional. Relativamente ao outro semáforo, o Senhor Presidente admite que possa haver ali uma duplicação e que se possa encontrar uma solução para este caso. Relativamente ao Nicho de Santo Amaro, o Senhor Presidente da Câmara, diz que o gostar-se ou não já foi discutido várias vezes e que o nicho foi sujeito a um conjunto de vicissitudes, porque: primeiro, não se cumpriu o projecto, tendo-se entrado em contencioso com a firma para se corrigir. Foram interrompidos pagamentos neste processo; Dificuldades que terão levado a própria firma à falência ou está em pré-falência, levaram à quebra contratual. Está todo o processo a ser reavaliado.

Entretanto fizeram um novo projecto que apresentaram à Comissão de Fábrica e já houve uma reunião com o Senhor Presidente da referida Comissão de Fábrica, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

significa que a breve trecho teremos o Santo Amaro a corresponder à deliberação de 2001. Relativamente às pinturas existem duas situações: se a pintura é diferente da que já existia, de acordo com o regulamento, é obrigatório que haja a apresentação de projecto; se a pintura é para manter não é obrigatório. Se não há alteração de fachada também não é obrigatório, se houver alteração de fachadas é obrigatório cumprir o regulamento. Relativamente às águas inquinadas o Senhor Presidente acha que não é a terminologia mais adequada, pois as águas o ano anterior não estiveram inquinadas, tiveram salmonelas, que não é a mesma coisa, além de que não é por causa da ETAR que aparecem as salmonelas. Despistaram-se 11 lugares possíveis de origem e pediu-se à Direcção Regional do Ambiente e à Sub-Região de Saúde da Guarda que estivessem alerta relativamente a esta situação e chegou-se à conclusão que este ano, todas as aferições feitas, começando em Maio, duas em Junho, não há salmonelas no rio Zêzere no percurso do concelho de Manteigas.

Usa da palavra o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, e pergunta quais foram as zonas que foram despistadas?

O senhor Presidente da Câmara responde que a montante da ETAR, na zona da truticultura, a jusante da ETAR, a jusante da SOTAVE, a jusante de S. Gabriel, a montante da pseudo-ETAR de Sameiro, a jusante da mesma ETAR, na praia fluvial, a jusante da praia fluvial, antes de Vale de Amoreira, depois de Vale de Amoreira, na zona do Cabecinho e não sabe se também na zona onde está uma vacaria. Até ao momento na zona do Concelho de Manteigas não foram encontradas salmonelas, e a água foi declarada pelo Ministério do Ambiente como aceitável e foi dito que era levantada toda e qualquer suspensão relativamente à praia fluvial da Reboleira.

Usa da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, para dizer que relativamente à praia fluvial da Reboleira que esteve lá e que aquilo não lhe parece uma praia fluvial, não tem aspecto disso, acrescenta que para ele uma praia fluvial será uma zona com a água estancada, com um terreno relvado à volta onde as pessoas possam estar.

Usa da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, dizendo que tinha estado a ler uma acta da Câmara Municipal e relativamente a uma deliberação tomada na Câmara Municipal em relação a uma permuta de uma habitação no largo da liberdade, a Senhora Deputada passa a ler o trecho da acta onde consta a deliberação, a Senhora Deputada pergunta se é a família ali mencionada que está a habitar a casa? O Senhor Presidente da Assembleia responde-lhe que sim, que habita parte da casa.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usa da palavra para perguntar sobre o célebre hotel das Caldas sito na fonte Santa em Manteigas, cujo contrato foi adjudicado em 1997, a Senhora Deputada pergunta como é que está a situação, uma vez que foram pedidos sucessivos adiamentos, o plano de concessão previa que se no fim de X tempo não fosse construída a unidade hoteleira, o terreno e o projecto que foram dados de “mão beijada” por mil e poucos contos, reverteria para a Câmara Municipal, e passados seis anos não tinham nada de hotel, nem terrenos, nem dinheiro do projecto.

Usa da palavra o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, para referir que relativamente ao nicho de Santo Amaro, este era um monumento que contrariava a vontade de quase todos senão todos os manteiguenses, havendo 2 ou 3 questões que gostaria de colocar à Câmara, que são: relativamente ao projecto em questão o Senhor Deputado gostava de saber: 1.º se o projecto foi feito na Câmara ou fora da Câmara, se houve algumas recomendações expressas relativamente à execução do projecto;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

2.º se o projecto que foi agora apresentado à Fábrica da Igreja e admitindo que a Fábrica da Igreja não aprova o projecto, qual é a posição da Câmara neste processo; 3.º considerando que aquilo é efectivamente uma situação delicada talvez numa das zonas mais importantes e nobres da vila, o Senhor Deputado pergunta se não seria aconselhável que esse projecto que viesse a ser construído ali de novo, não merecesse o beneplácito da própria Assembleia, ou da própria população, para quando ele estiver realizado não acontecer o mesmo que infelizmente aconteceu com este. O Senhor Deputado acrescenta ainda que independentemente das questões que se levantam com o construtor, a Câmara já deveria ter resolvido esta situação derrubando talvez o que lá está, ou metendo ali um tapume devidamente tratado, com por exemplo uma pintura alusiva à própria serra, enquanto não se resolve a situação.

Usa da palavra o Senhor Presidente da Câmara para comentar estas últimas questões, referindo que relativamente ao hotel nem tudo é tão líquido como tinha dito a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, pois aquele terreno foi vendido com o pressuposto de ter uma área determinada e no terreno não cumpria a área que efectivamente tinha sido cedida. Depois disso dá-se um processo que foi agradável em Manteigas, que são os baldios e houve que corrigir confrontações e limites e definir qual era a área vendida pela Câmara Municipal. Executado o processo de limites do terreno e definição das áreas, tiveram de fazer nova escritura há cerca de três meses e meio quatro meses. Foi aprovado o projecto pela Câmara e pelo Parque Natural da Serra de Estrela. Sabem que está a colher neste momento parecer junto da Direcção Geral de Turismo. Acredita-se que efectivamente irá por diante. O Senhor Presidente acrescenta ainda que a responsabilidade, em última análise, é da Câmara Municipal, porque efectivamente tiveram que resolver todo este problema e fazer a escritura definitiva há sensivelmente 3, 4 meses. O Senhor Presidente da Câmara acredita que agora o hotel irá por diante e a breve trecho e que não demorará o tempo que demorou até agora. Relativamente ao nicho de Santo Amaro a Câmara pediu que o projecto fosse reformulado no sentido de o simplificar. O Executivo entendeu que não iria avançar sem que a Comissão da Fábrica da Igreja e o seu Presidente desse o aval ao projecto. Foi numa reunião com a presença do projectista que foi dada a anuência. Acrescenta que é um arranjo extremamente simples o que se quer colocar no local. O projecto está perfeitamente visível e disponível. Todos os comentários sobre o nicho serão bem vindos, e parece-lhe que as coisas estão para acontecer ainda durante este ano.

Sobre o hotel, usa da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para pedir um esclarecimento, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara afirmou que a responsabilidade pelo atraso da construção eventualmente terá sido da Câmara Municipal, nomeadamente no que diz respeito à área do terreno que não correspondia à realidade. A Senhora Deputada pergunta se a partir de agora será que o Executivo Camarário deverá fixar um prazo uma vez que já assumiu a responsabilidade pelo atraso que houve, a partir do qual as coisas se legalizaram para contar esse prazo para se eventualmente o prazo não for cumprido a Câmara poder pedir a reversão do terreno e do projecto.

O Senhor Presidente da Câmara, refere que passado o prazo contratual a Câmara pode pedir a reversão do terreno, mas acrescenta que se abriu três vezes concurso público para a venda do terreno e nunca apareceu ninguém interessado.

Usa da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para apresentar o Senhor Engenheiro Carlos Gonçalves, o Senhor Arquitecto Aires, o Senhor Engenheiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Américo, para depois se poder continuar com os pontos 3.2 e 3.3, informa ainda que enquanto se prepara a sala vão fazer um pequeno intervalo.

Depois de retomada a sessão foi apresentado o ponto:

Evolução do Plano de Pormenor da Via de Cintura ao Centro Histórico de Manteigas – Apresentação pela Equipa de Projecto.

Durante esta apresentação a equipa explicou e justificou todas as alterações propostas e apresentadas.

Depois de apresentado este ponto a equipa disponibilizou-se para responder e esclarecer quaisquer dúvidas à cerca da apresentação.

Usou da palavra o Senhor Deputado Germano Jesus Mamede Cleto, para dizer que em termos genéricos ficou muito impressionado e que existem aspectos muito positivos, nomeadamente a criação de lugares para estacionamento de veículos e este aspecto é muito importante para que os turistas que venham a Manteigas tenham onde estacionar o carro, um outro aspecto que lhe pareceu também importante é uma procura que existiu de valorização da proximidade em relação ao rio Zêzere, no entanto podem existir alguns riscos, nomeadamente a fuga por essa via o que pode vir a potenciar que as pessoas passem e não parem, e para se combater este risco é preciso valorizar a vila a curto/médio prazo do que já existe. Usou da palavra o Senhor Deputado Germano da Graça Morais, para dizer que para aquele local não podia ser feito nada mais harmonioso do que aquilo que foi feito e que isso vai valorizar bastante a vila de Manteigas. O Senhor Deputado perguntou ainda quanto tempo é previsto para se conseguir implantar tudo o que tinham visto?

Usou da palavra o Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, para dizer que já tinha conhecimento do que tinha ali sido apresentado, mas de qualquer forma gostaria de colocar 3 ou 4 questões. Diz que este Plano vai provocar uma separação clara entre a parte histórica e a parte nova que vai nascer, e como tudo o que é novo tem tendência a puxar as pessoas, e se não se conseguirem criar condições de equilíbrio para de certa forma se conseguir atrair as pessoas da parte nova para a parte velha vai-se criar uma situação complicada. Relativamente à entrada da vila tem a sensação que o primeiro edifício pode eventualmente tornar-se numa barreira às zonas de habitação e comércio. Em relação ao parque de estacionamento para os autocarros pensava que não ficaria tão perto da zona edificada do centro histórico da vila e não deixa de constituir uma zona de conflito em termos de barulho, em termos de acessibilidades, e de certa forma limitada considerando o futuro desenvolvimento turístico da vila. Quanto à questão da localização das bombas de gasolina não lhe parece o mais adequado, mas também diz que não existem grandes alternativas em todo o percurso.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, para referir que o que é importante são as portas de entrada para que os turistas venham e entrem. Em relação às dimensões dos edifícios (rés do chão mais dois), para aquele local acha excessivo e irá descaracterizar aquela zona de Manteigas, que é um espaço verde, e ao surgirem ali blocos de apartamentos de propriedade horizontal pensa que vai desvirtualizar e descaracterizar por completo a imagem de Manteigas vista do outro lado, e sugere para esse espaço tipologias familiares, porque ao contrário do que o Senhor Arquitecto referiu terão eventualmente maior procura para 2ª habitação, e acha excessivo a construção de 100 fogos para aquele local, porque é uma política contraditória pois se por um lado se quer reabilitar o centro histórico e trazer as pessoas para o centro, por outro lado como afirmou o Senhor Deputado João Adelino



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Paixão Salvado, as pessoas têm uma apetência por locais novos libertos e desocupados, e se tiverem uma oferta deste tipo e possivelmente a custos mais baixos, não vão optar por se instalarem no centro histórico depois de devidamente recuperado e vão deslocalizar-se para mais longe do tal centro contribuindo para uma maior degradação e desertificação do centro histórico. Em relação ao comércio que eventualmente venha a ser instalado no rés-do-chão daqueles edifícios e porque temos o comércio disperso pela vila e considerando que aquilo é uma porta de saída onde as pessoas podem parar para tomar um café, e observar o rio Zêzere, não vêm ao centro histórico e os comerciantes que existem que já se deparam com grandes dificuldades vão ter de fechar as portas se não se disciplina o tipo de comércio para aquela zona. Ainda em relação ao número de fogos a Senhora Deputada pensa que é excessivo e de certa maneira vai colidir e entrar conflito com empresas de construção civil e obras que existem no concelho de Manteigas que estão a construir tipologias de propriedade horizontal para transaccionarem.

Usa da palavra o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, para dizer que os comentários que irá fazer a seguir são de ordem política e não têm nada a ver com o projecto em si, que foi muito bem apresentado e bem elaborado. Diz então, que a sua questão tem a ver com as bases deste projecto e não concorda com ela porque isto não surgiu da ideia de se fazer uma via para se andar a circular em Manteigas, mas sim do princípio que se pensaram fazer túneis de acesso rápido a esta vila para trazer turistas dos grandes eixos e esta ideia da via de cintura, era a ligação da saída do túnel ao centro da vila, mas como já não se vão fazer os túneis ou pelo menos não existe um projecto prévio actual e autorizado para se fazerem os túneis tudo isto não tem qualquer interesse. Acrescenta que depois existem uma série de coisas que não compreende, pois se a população de Manteigas está a envelhecer e a diminuir de forma drástica e como já existem casas desabitadas (a não ser que se reverta todo este processo) não sabe porque se irão construir mais 100 fogos. Em relação aos bengalous pergunta quem é que os vai fazer, se são só os bengalous, se vai ser a Câmara, se é uma exploração individual ou uma empresa. Diz ainda que não se podem atrair turistas descaracterizando Manteigas. O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, pergunta ainda se houve já estudos geo-morfológicos para se perceber se podem existir deslizamentos de terras e qual vai ser o impacto ambiental deste projecto.

Para responder às várias perguntas colocadas usou da palavra o Senhor Arquitecto Aires, que disse que não iria responder directamente às perguntas colocadas, mas que iria intervir de uma forma mais genérica tentando responder a todas elas. Começa por discordar com o Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, pois Manteigas não deve continuar a ter a Rua 1º de Maio como está, isto é, devemos criar uma solução alternativa à circulação actual e com isto estão também a pensar que vão beneficiar e potenciar outros circuitos em termos de utilização pedonal, criando assim condições para quem quiser parar. Relativamente à questão das habitações que vão aqui surgir não vão rivalizar com as habitações do centro histórico. Em relação à observação que foi feita para a área de estacionamento para autocarros, não deve ser confundida com uma central de camionagem, isto é, deve dar-se a informação que ali existem parques de estacionamento para autocarros que ficam muito perto da zona do centro histórico e criar condições pedonais para levarem as pessoas a esse centro histórico. Diz ainda que nesse centro histórico terão que se requalificar nomeadamente os comércios. Em relação à questão temporal confessa que ainda estão numa fase muito prévia para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

responder a essa questão. Relativamente ao impacto ambiental o projecto vai ser devidamente estudado.

Seguidamente foi apresentado pelo Senhor Engenheiro Carlos Gonçalves o ponto:

Evolução do Plano de Urbanização – Apresentação pela Equipa de Projecto.

O Senhor Engenheiro disse que este plano teve em linha de conta o turismo e um local para a implantação de indústrias dado terem surgido algumas dúvidas sobre o limite do perímetro urbano.

Durante a apresentação deste plano usou da palavra a Senhora Arquitecta, de modo a dar alguns pontos de referência e deste modo esclarecer melhor os presentes.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que todo este processo surgiu devido ao facto do custo dos terrenos em Manteigas dispararem para os 11, 12 “contos” o m², o que significa que é necessário criar bolsas alternativas, caso contrário qualquer dia estamos a comprar terrenos a 20 “contos”/m² e é uma obrigação de todos os executivos municipais criar em função dos Planos Directores Municipais as chamadas zonas de sustentação de preços credíveis e justos, havia também muitas outras situações por regularizar e que se tinham de salvaguardar e foi pretensão desta Câmara e juntamente com a Assembleia encontrarem-se soluções ao nível da alteração do Plano Director Municipal e como instrumento que facilitasse a gestão do território, para isso teve-se em linha de conta o seguinte:

- 1.º Ordenar de modo a satisfazer as necessidades de Manteigas;
- 2.º Fazê-lo de uma maneira qualificada;
- 3.º Contribuir para algum desenvolvimento qualitativo inter-sectorial.

O Senhor Presidente acrescenta que isto pressupõe, um diagnóstico, e o documento que estava ali a ser apresentado, seria a cartografia de um documento muito mais vasto onde os autores destes planos que vão acontecer irão dar a justificação porque entramos por aqui, e o que pretendemos obter com eles. O Senhor Presidente informou também, que por isto tudo é que este plano surgiu antes do PDM. Na altura o PDM não era sequer suposto rever-se pois tem 10 anos de longevidade obrigatória. Neste momento estamos com a revisão do Plano Director Municipal. Vai abrir-se concurso para o efeito. Temos em mãos o PU e vai avançar-se com o Plano de Pormenor das Penhas Douradas. O Senhor Presidente informa que vão lançar tudo isto ao mesmo tempo e em simultâneo, com a certeza absoluta que é imperativo para cada uma destas figuras de gestão e de plano haver sempre uma comissão de acompanhamento obrigatória constituída por todos os intervenientes no processo, (Câmara Municipal, Comissão de Coordenação Regional, ICN, DRABI, etc.); essa Comissão irá gradualmente dar pareceres. Simultaneamente é conveniente que as propostas venham aos órgãos do Município para conhecimento da evolução do plano, para que quando chegarmos ao fim se estar perante uma 1ª abordagem. O Senhor Presidente disse ainda que todo este processo demora aproximadamente 1 ano e considerando que ainda pode demorar mais 1 ano até à publicação, depois de estar tudo afinado e os pareceres todos devidamente emitidos.

Usou da palavra a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, e pegando nas palavras do Senhor Presidente da Câmara, onde ele diz que têm aqui uma série de planos para Manteigas que no fundo nos vão dar o ordenamento do território e definirmos a longo prazo aquilo que queremos para a nossa terra, acha bem e está de certo modo satisfeita com a apresentação deste plano de urbanização, com o Plano de Pormenor das Penhas Douradas e com todos os que estão a ser concluídos, também tomou nota das razões que o Senhor Engenheiro Carlos Gonçalves teceu quando fez a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apresentação do Plano e subscreve-as na íntegra, mas não consegue compreender como é que a autarquia quer conciliar este plano de urbanização com os planos de pormenor, com o plano que foi apresentado anteriormente, e diz que acha que são inconciliáveis entre si quanto aos objectivos a atingir.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradecendo a presença de todos, pelo que deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.
